

## **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 09h, no Plenário Antônio Paulino da Câmara Municipal de Montanha, reuniu-se a Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos, com a presença dos Vereadores: Odair Pancieri Sallin (Presidente), Célia Rodrigues de Souza (Vice-presidente) e Paulo César Fiorio Ghiotto (Membro); e das Servidoras: Ana Paula Souza Alves, Ana Luiza Riberiro Dalmaso e Kelly de Souza Albani.

A reunião foi presidida pelo Vereador Odair Pancieri Sallin, Presidente da Comissão, conforme dispõe o art. 67, inciso II, do Regimento Interno.

A presente reunião teve por finalidade a análise e emissão de parecer acerca das seguintes matérias constantes no Edital de Convocação: Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 6 de 2026, Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 5 de 2026, Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 4 de 2026, Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 1 de 2026 e Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 11 de 2026.

Aberta a reunião, foi designado Relator o Vereador Odair Pancieri Sallin.

Inicialmente, procedeu-se à leitura e análise das proposições constantes da pauta, verificando-se a adequação das matérias quanto aos aspectos orçamentários, financeiros e legais pertinentes à competência desta Comissão.

A Comissão analisou a conformidade dos projetos com a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, legislação orçamentária vigente e Regimento Interno, não sendo identificados vícios de ilegalidade ou incompatibilidade orçamentária nas matérias apreciadas.

Durante os debates, os membros da Comissão discutiram especialmente o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 1 de 2026, considerando os apontamentos apresentados na audiência pública realizada acerca da matéria. Foram debatidas as observações levantadas pela população e demais

participantes, especialmente no que se refere aos impactos e adequações necessárias ao texto do projeto.

Na oportunidade, também foi mencionado o Projeto de Lei já aprovado pelo Plenário que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Agrobuds, destacando-se que a matéria ainda se encontra pendente de sanção .

Após as discussões, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos manifestou-se FAVORAVELMENTE das matérias constantes da pauta, entendendo que os projetos atendem ao interesse público e aos requisitos legais e orçamentários exigidos, com exceção do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 1 de 2026, que será feita nova discussão e após, emissão do respectivo parecer.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião por volta das 10h. E, para constar, eu, Kelly de Souza Albani, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais presentes.

**Presidente**

**Vice-Presidente**

**Membro**